



Taubaté como palco, O Vale do Paraíba como cenário

Francisco Sodero Toledo¹

Resumo

O artigo, com base em reflexão bibliográfica aponta para os efeitos negativos da política de valorização do café. Na região do vale do Paraíba paulista a política de defesa não foi suficiente para alterar a tendência de decadência da atividade cafeeira. Mostrando uma grande diferenciação entre o “vale histórico”, centralizado pelas cidades de Bananal e Areias, e o eixo ao longo da ferrovia, centralizado pela cidade de Taubaté, mostra que os capitais adicionais direcionados para a região serviu para alicerçar uma transição conservadora para as novas atividades rurais e urbanas.

Palavras chave: Convênio de Taubaté, Economia cafeeira, Vale do Paraíba Paulista.

¹ Historiador, mestre em educação, professor universitário (Unisal e Faenquil – Lorena), fundador do IEV- Instituto de Estudos Valeparaibano e autor de vários livros sobre o homem e a sociedade Valeparaibana. End: Faculdade de Engenharia Química de Lorena, Departamento Básico, Lorena. RODOVIA ITAJUBÁ-LORENA, KM. 74,5 CAMPINHO- 12600060 - Lorena, SP – Brasil E-mail: sodero@debas faenquil.br

Taubaté as stage, the Vale do Paraíba the scene

Abstract

This paper points to the negative effects of the policy of coffee enhancing. In the region of Vale do Paraíba Paulista, the defence policy was not enough to change the trend of decline in coffee activity. Showing a big distinction between the "historic valley," the central cities of Bananal and Areias, and the other cities along the rail, centralized by Taubaté city, shows that the additional capital targeted to the region was used to do a conservative transition to new rural and urban activities.

Keywords: Taubaté agreement, Economics coffee, Vale do Paraíba Paulista

Introdução

Em fevereiro de 1906 a cidade de Taubaté serviu de palco para um acontecimento de alcance nacional: a assinatura do “Convênio de Taubaté”. No sobrado de D. Leopoldina, o maior e mais imponente exemplar construído na cidade, símbolo do poder e prestígio trazido pela produção do café, estavam reunidos os representantes dos três maiores Estados produtores de café do Brasil: os Presidentes Jorge Tibiriça, de São Paulo, Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro e Francisco Salles, de Minas Gerais, signatários do Convênio e demais representantes da elite política e cafeicultores interessados em estabelecer uma política de valorização do produto. Estavam presentes, também, representantes do Presidente Rodrigues Alves, o político de maior expressão da região do Vale do Paraíba, nascido na cidade de Guaratinguetá.

A reunião teve início no dia 25 e foi concluída com a assinatura do Convênio na madrugada do dia 26. O objetivo básico do acordo era estabelecer uma política que conseguisse por fim à crise pela qual passava a cafeicultura no país, procurando valorizar o produto, regular o seu comércio, promover o aumento do seu consumo e criar a “Caixa de Conversão”, fixando o valor da moeda. Para tanto, os objetivos assumidos diziam respeito à compra de excedentes pelo governo para estabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda; o financiamento dessas compras por empréstimos de bancos estrangeiros; o pagamento do serviço desses empréstimos por meio da cobrança de um novo imposto sobre a exportação do café; e a adoção de medidas destinadas a desencorajar a expansão das plantações.

O sobrado que havia pertencido ao Comendador Francisco Gomes Varela, e depois à sua viúva, Maria Leopoldina Marcondes Varela, que sediava na época a Prefeitura e a Câmara Municipal, localizado nas esquinas da rua Visconde do Rio Branco com o “Largo do Pilar”, já não existe mais. Foi demolido em 1939. O antigo

O café e a economia brasileira

Na segunda metade do século XIX a economia cafeeira vivia em situação bem favorável, com a expansão das plantações, aumento da produção e de preços no mercado internacional. A partir dos anos 70 a produção do Estado de São Paulo ultrapassou a do Estado do Rio de Janeiro e os planaltos paulistas, aos poucos, a partir de Campinas, começaram a expandir suas plantações. O surgimento e proliferação dos navios a vapor também representaram um novo impulso ao

comércio de longas distâncias e em particular favoreceram as relações comerciais entre o Brasil, a Europa e os Estados Unidos.

Como consequência desta conjuntura favorável ocorreu rápido crescimento da produção brasileira de café, ocasionando a superprodução. Este problema manifestou-se desde o final do século XIX. Em 1882, a produção ultrapassou o consumo mundial. A partir de então os cafeicultores e empresários ligados ao comércio começaram a articular uma política de defesa do setor cafeeiro. O café havia se tornado o maior produto de exportação e o Brasil controlava quase que a totalidade da produção mundial.

Os fundamentos desta política de defesa foram então definidos pelo Convênio de Taubaté. O Estado passaria a intervir no setor, garantindo o preço mínimo nos mercados nacionais; daria garantia para se obter os empréstimos internos e externos e adquiria o excedente da produção. O Convênio previa, também, conter a expansão da área cafeeira, incentivar a produção de cafés de melhor qualidade e regularizar o comércio do produto.

O projeto relativo ao Convênio foi elaborado no decorrer do governo paulista de Rodrigues Alves (1902-1906), incentivado pelos seus opositores políticos. Não contava, porém, em muitos pontos com sua aprovação e, de fato, após ser aprovado pelo Senado em 31 de julho de 1906, só foi posto em execução no governo do político mineiro Afonso Pena (1906-1909), apoiado pelos fazendeiros e exportadores de café. Dessa forma, a oligarquia cafeeira dominante no período impôs indiretamente ao conjunto do país a política de valorização do café por ela definida em 1906, capturando posteriormente o governo central, que acabou chamando para si a valorização do produto, para atender aos interesses e as pressões advindas dos grupos dominantes e para não perder o controle sobre a política econômica nacional.

O Presidente Rodrigues Alves, nascido em Guaratinguetá, era de família de cafeicultores e representava a oligarquia cafeeira dominante durante a Primeira República. Participou da produção no Vale do Paraíba e do deslocamento das lavouras para o oeste paulista, durante a sua mocidade, como lavrador, e depois como político e governante. Conheceu os cafezais na sua Guaratinguetá e com o irmão Virgílio abriu fazendas em outras localidades no oeste do Estado. As pretensões dos signatários do Convênio “*chocava-se com as suas convicções e com os seus compromissos de candidato*” (Afonso Arinos, vol.II, 1973,452). Razão pela qual o presidente não apoiou o acordo e ofereceu uma “*resistência passiva*”. Na mensagem de abertura do Congresso, em 1906, declarou: “*Seria um erro recuar, como será obra*

de patriotismo afastar de vossas deliberações a idéia de quebra de padrão monetário e a de fixação do câmbio, que contrariam profundamente aqueles planos, com tanto êxito experimentados". (In Afonso Arinos, Vol.II, 1973, 459).

Para Afonso Arinos, Rodrigues Alves *"comportava-se no episódio com suas habituais qualidades de firmeza e moderação. Como presidente, não se submetia a pressões que contrariassem suas idéias e programas, ainda que viessem do próprio Estado. Não convocou o Congresso, não tomou qualquer iniciativa sobre a projetada Caixa de Conversão e manifestou-se claramente contra as teses do convênio. Mas não podia assumir a responsabilidade de frustrá-lo, nos pontos que não colidiam com a sua competência. Por isso remeteu ao Congresso, e, mais tarde, depois de aprovado, chegou a defendê-lo".* (Afonso Arinos, Vol. II, 1973, 459) Fato ocorrido em 1912, quando era Presidente de São Paulo. Foi quando assumiu uma postura em defesa da política de contrair empréstimo para garantir o plano de valorização, medida com a qual não concordava anteriormente, como Presidente da República.

Na prática e no seu desenvolvimento as diretrizes emanadas do Convênio foram sendo implantadas, nem sempre alcançando os resultados esperados. A *"política de preços sofreu na sua execução dificuldades a nível federal e estadual, ficando São Paulo praticamente isolado nesses objetivos. Entretanto, algumas orientações tomadas em Taubaté tiveram conseqüências para o setor cafeeiro e o seu comércio, a nível mundial."* (Amaral Lapa, 1986, 107)

Um dos equívocos dos dirigentes do setor foi o de se colocarem em defesa do setor cafeeiro, desde a primeiras crises de superprodução ao final do século XIX, quando praticamente detinham o controle de quase todo o café produzido no mundo, sem levar em consideração as possíveis alterações no cenário interno e externo. Naquela situação, bastava a obtenção de recursos financeiros para reter parte da produção fora do mercado, isto é, contrair artificialmente a oferta e colocá-los à venda somente em condições e preços favoráveis. Foi um erro não levar em conta a possibilidade, como veio a ocorrer, do constante crescimento da produção em países que passaram a ser concorrentes no mercado internacional do produto.

O excedente era comprado e estocado a fim de manter o preço a nível internacional. Em 1917, diante da ameaça de uma super safra, o governo central apoiou a realização de uma segunda valorização, com a compra de 3 milhões de sacas. Para alívio do setor, em 1918 uma forte geada atingiu áreas de plantação de café, destruindo 40% dos cafezais.

Nesse mesmo ano, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o comércio internacional se normalizou, elevando o preço do café, para a euforia dos setores. Mas, em 1921 foi novamente colocada em prática a terceira valorização do café, com a compra efetuada pelo banco central. A cada valorização, ao invés de conter a plantação de novos cafezais, na prática, estimulava-se o aparecimento de novas plantações. O problema continuou até a grande depressão ocorrida com a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, com violenta depressão em nível mundial que fez ruir as bases artificiais em que vinha se mantendo a política de valorização do café.

Por outro lado, a intervenção do governo nas taxas de câmbio para favorecer o setor, corrigir os desequilíbrios, resolver a crise trouxe conseqüências diretas para o conjunto da sociedade. Ao desvalorizar a moeda nacional, o café tinha seu preço barateado internacionalmente, aliviando o prejuízo do setor exportador, que recebia pelo café exportado em moeda estrangeira. Conseguia-se, assim, por este mecanismo, corrigir o desequilíbrio da balança comercial externa. Quando ocorria uma alta cíclica no preço do café, os ganhos ficavam retidos pelos empresários, ampliando a concentração da renda nas etapas de prosperidade. Em contrapartida, o prejuízo provocado pela alteração na taxa cambial era transferido pela grande massa consumidora, para aqueles que pagavam pelas importações, isto é, pela coletividade brasileira. Fenômeno denominado por Celso Furtado de “socialização das perdas”. A alta dos preços e a instabilidade política passaram a compor um cenário de revoltas e insatisfações que resultaram na eclosão do movimento de 30, na ascensão de Vargas e no fim da República do Café com Leite.

Como observa, ironicamente Lima Barreto, em “Os Bruzundangas”, livro publicado em 1923, o sistema político e econômico montado durante a República Velha foi utilizado para favorecer os interesses econômicos oligárquicos. Escreveu:

“ A manobra da “valorização” consiste em fazer que o governo compre o café por um preço que seja vantajoso aos interessados e o retenha em depósito; mas, acontece que os interessados são, em geral, governo ou parentes dele, de modo que os interessados fixam para eles mesmos os preços da venda, preço que lhes dê fartos lucros, sem se incomodar que o “café” venha a ser, senão a

pobreza da Bruzundanga, com os tais empréstimos para as valorizações. Além disto, o café esgota as terras, torna-as maninhas, de modo que regiões do país, que foram opulentas pela sua cultura, em menos de meio século ficaram estéreis e sáfaras.” (Lima Barreto, 1985, 47)

Em suma, os mecanismos criados em defesa da economia cafeeira, pelo Convênio de Taubaté, tiveram efeitos apenas imediatos, transferindo para o futuro a resolução de um problema cada vez mais grave. Tudo isso reflexo de uma economia de base agro-exportadora, comandada por uma oligarquia agrária, associada a setores ligados ao comércio e ao financiamento do setor.

O cenário regional

Quando da assinatura do Convênio de Taubaté o Vale do Paraíba era uma região caracterizada pela presença da cafeicultura. Gozava do prestígio por ter sido a pioneira, a primeira região produtora de café em território paulista.

As primeiras plantações foram feitas ao final do século XVIII, na região das “garupas”, à beira do Caminho Novo da Piedade, caracterizada pelos “mares de morros”. Corresponde à área onde estão localizados os municípios de Bananal, Arapeí, São José do Barreiro, Areias e Silveiras, denominada hoje de “Vale Histórico”.

As primeiras mudas entraram advindas do Vale do Paraíba Fluminense. Em 1798 a produção foi de 60 arrobas, aumentando consideravelmente por toda a primeira metade do século seguinte, conforme se pode constatar pelos dados de produção apresentado na Tabela I. O auge da produção se deu nos anos 50, registrando um ponto de inflexão a partir desta década.

Tabela I: Evolução da produção de café na “área das garupas” (1814-1854)

Ano	Produção em arrobas
1 814	3 515
1 816	4 973
1 817	6 725
1 822	36 802
1 836	167 619
1 854	940 694

Fonte: Sodero Toledo, 1974, 86

O caráter pioneiro da área das “garupas” provocou rápido povoamento e prosperidade econômica. Saint Hilaire, ao percorrer o Vale do Paraíba em 1822, em sua viagem de volta de São Paulo para a cidade do Rio de Janeiro, assinalou que “*é para lá de Lorena que começa a encontrar os homens ricos. Devem todos a fortuna à cultura do café*”. E, acrescenta, “*começam também os lavradores a entregar-se a ela nas cercanias de Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá, mas até agora as pessoas abastadas só se ocuparam da cana de açúcar e os pobres do algodão com o qual fabricam tecidos grosseiros.*” (Saint Hilaire, 1954, 127)

Na metade do século a hegemonia da produção regional pertencia aos municípios desta área pioneira. Em 1854 os municípios de Bananal e Areias, com produção respectiva de 554.600 arrobas e 386.094 arrobas, eram os maiores produtores de café. Os demais municípios, conforme tabela II, localizavam-se na nova área produtora, a bacia terciária de Taubaté, que se estendia da cidade de Cachoeira Paulista à cidade de Jacareí, acompanhando o leito do Rio Paraíba e posteriormente cortadas pela ferrovia.

Tabela II: Vale do Paraíba: principais produtores de café

1836 – municípios e produção em arrobas		1854 – municípios e produção em arrobas	
1 ^o - Areias :	102.797	1 ^o - Bananal:	554.600
2 ^o - Bananal:	64 822	2 ^o - Areias :	386 094
3 ^o - Pindamonhangaba;	62 628	3 ^o -Taubaté	354.730
4 ^o - Jacareí:	54 004	4 ^o - Pindamonhangaba	350 000
5 ^o - Lorena:	33 649	5 ^o - Jacareí	240 010

As condições favoráveis à economia cafeeira verificadas na segunda metade do século XIX estimularam o aumento da produção. Assim, verifica-se que na décadas de 1870-1880 ocorreu um deslocamento do centro geográfico das plantações. A produção de São Paulo ultrapassou a produção do Rio de Janeiro, e os planaltos paulistas começaram a concorrer para logo assumir a liderança na produção, situação que se acentuou no período republicano, como se pretende demonstrar na tabela III.

Tabela III: Produção do Café e População do Vale do Paraíba em relação ao Estado

Vale do Paraíba	1854	1886	1920	1935
População	146.055	338.533	490.660	483.834
% sobre pop. total	38,00	32,66	13,43	9,79
Produção café	2.737.639	2.074.267	767.069	898.332
% produção total	77,46	19,99	3,47	1,71

Fonte: Sergio Milliet, Roteiro do Café e Outros Ensaio. (p. 40/41)

No ano de 1906, quando foi celebrado o Convênio de Taubaté, a produção da região do Vale do Paraíba correspondia a menos de 20% do total da produção do Estado. Situação resultante do avanço das plantações por outras regiões concorrentes, da crise geral verificada nos quadros da superprodução nacional e de problemas enfrentados pelos produtores da região. Tendência que se confirma na década seguinte, quando em 1935 o total da produção da região representava apenas 1,71% do total da produção do Estado de São Paulo.

O Vale do Paraíba não podia competir com a expansão cafeeira do oeste paulista. Os novos solos ocupados com a expansão cafeeira no Estado, como por exemplo, a Alta Mogiana, polarizada pela cidade de Ribeirão Preto, o chamado Oeste Novo, *“oferecia um tipo de solo extremamente favorável ao café, capaz de permitir a excepcional produtividade de 350 arrobas por 1 000 pés.”* (Amaral Lapa, 1986,41). Tampouco, concorrer com a região de Campinas, onde 1000 pés produziam, em média, 55 arrobas; na região do Vale do Paraíba a média por 1000 pés produzindo era de apenas 24 arrobas. Além das diferenças de relevo e de condições naturais havia também grandes diferenças sócio-econômicas entre a tradicional região cafeeira e do oeste paulista. Influenciavam também outros fatores como a utilização da mão obra livre e a infra-estrutura de transporte com a implantação das ferrovias. A nova área de expansão dos cafezais foi organizada diferente da região do Vale do Paraíba. Como afirma Amaral Lapa, ela tinha suas bases assentadas nas formas capitalistas de ocupação e uso da terra, na mentalidade empresarial capitalista, no investimento produtivo do lucro, na utilização de ferramentas e tecnologia da agricultura moderna, no senhorio empresarial, desdobrando-se em iniciativas urbanas, na formação das classes médias por um movimento de ascenso de segmentos inferiores, no ativismo na prática política, na incorporação da mão de obra livre do imigrante e em unidades de produção capitalista. Sendo assim, em situações diferentes *“embora solidários em muitas questões, os fazendeiros chegaram a ter interesses conflitantes...”* (Amaral Lapa, 29)

Além da concorrência das novas e mais produtivas zonas produtoras, da superprodução acompanhada da baixa de preços no mercado internacional, a situação cafeeira no Vale do Paraíba enfrentava problemas específicos, ampliando a crise no setor.

Sofria as conseqüências de uma economia dependente, reprodutora do modo de produção colonial, com base no latifúndio, na mão-de-obra escrava e na dependência de capitais, agravado com a atuação dos comissários do café, descapitalizando o setor.

Parte da região, principalmente na área pioneira das “garupas”, caracterizada pelos “mares de morros”, enfrentava o problema do esgotamento do solo. No início, as plantações foram ali realizadas com sucesso. Derrubada a mata virgem ficava o húmus propício aos cafeeiros. As plantações eram feitas em linhas retas, nas chamadas “ruas de café”. Com o passar do tempo a erosão atuava, retirando o húmus, empobrecendo o solo, provocando, em prazo, não muito longo, a decadência das plantações. *“ O esgotamento do solo, provocado pelo desmatamento e queimadas sem qualquer preocupação com a adubagem, sequer de aproveitamento dos detritos vegetais, contribuindo para extinguir a reserva de matéria orgânica, levou em média de meio século para região, após o que a produtividade foi acentuadamente caindo....O avanço dos cafezais e o povoamento dirigiram-se para os espigões, isto é, as partes elevadas dos planaltos, onde eram mais freqüentes as manchas de terra roxa, ao mesmo tempo que ficavam menos sujeitas às geadas, que constituem o grande inimigo natural do café...”* (Amaral Lapa, 1986, 40-41)

No final do século a economia cafeeira regional ressentia-se do duro golpe da abolição. Ela significou o empobrecimento dos fazendeiros que perderam parte de seus capitais investidos e provocou enormes dificuldades para a colheita pela falta de mão-de-obra que se seguiu. Situação agravada com a emigração para as novas regiões produtoras e pela imigração tardia. Quando as tentativas de colonização européia, principalmente italiana nos municípios de Canas e Guaratinguetá vingaram, a produção do café estava em crise, expandindo-se para outras regiões. Para elas também se dirigiram numerosos cafeicultores levando consigo família, agregados e trabalhadores rurais. Membros de antigas e tradicionais famílias do Vale do Paraíba seguiram esta tendência, como as famílias *“Paula Machado, Alves Pôrto, Martins Siqueira, com fazendas de café em Batatais, Pinhal, Cravinhos. O coronel Virgílio Rodrigues Alves, não se contentando com a a grande fazenda das Três Barras, em Guaratinguetá, associou-se a parentes, para plantações de café, no*

oeste paulista, em São Manoel. Mais quatro fazendas, nas proximidades de Baurú, em Piratininga, também, com 2.000.000 de cafeeiros. “ (Motta Sobrinho, 1967,119)

“ O patrão corria atrás do empregado”, como afirma Motta Sobrinho. A falta de braços se acentuava e os jornais passam a estampar anúncios, como na Gazetinha, da cidade de Guaratinguetá, em 1896, dizendo: “ Precisa-se de muitos empreiteiros para a limpa de cafezais com mato de menos de um mês.... A colheita de café será começada depois da Semana Santa... Os pagamentos serão feitos aos sábados. “ (Motta Sobrinho, 1967,112)

A crise pela qual passava a cafeicultura na região provocou a diminuição da produção e um forte declínio do faturamento com a venda do café. Principalmente tomando-se como base os últimos anos do século XIX (1886) e as duas primeiras décadas do século XX, (1920), utilizando-se os dados disponíveis na literatura, conforme pode se constatar nas tabelas IV e V.

Tabela IV: Diminuição da Produção de Café em diferentes municípios do Vale do Paraíba (1886- 1920)

MUNICÍPIOS	1886	1920
1- São José do Barreiro	173 333	7 880
2 - Areias	100 000	21 920
3 - Queluz	120 000	26 273
4 - Silveiras	66 667	21 607
5 - Cruzeiro	60 000	41 087
6 - Lorena	50 000	45 213
7 - Guaratinguetá	350 000	97 687
8 - Pindamonhagaba	200 000	82 047
9 - Taubaté	300 000	78 980
10- São José dos Campos	250 000	51173
11- Jacareí	56 000	16 727
12- Santa Branca	30 000	5 153
Total dos 12 municípios	1 756 000	495 747

Fonte: Sergio Milliet, Roteiro do Café e Outros Ensaios. (p. 40/41)

Como se pode observar na tabela IV, a produção no conjunto dos municípios apontados, em pouco mais de três décadas chegou a apenas 28,23% do total da produção alcançada ao final do século XIX.

Tabela V: Faturamento com produção de café da região do Vale do Paraíba em Dólares

Ano	Faturamento em dólares
1 836	7.974.212
1 886	6.879.859
1 920	4.748.735
1935	2.210.100

Fonte: Fábio Ricci, *Origens e Desenvolvimento da Indústria Textil no Vale do Paraíba Paulista*, p. 6

A queda do faturamento com o café, entre os anos de 1886 a 1920 foi da ordem de 31%. Com este dado, associados à queda da produção da ordem de 71,77% (tabela IV) ou da ordem 63,02%, considerando a produção total da região (tabela III) e a diminuição na participação da produção em relação ao restante do Estado da ordem de 82,65 (tabela III), pode-se concluir que a região do Vale do Paraíba encontrava-se diante de um cenário de decadência da produção de café e de incertezas quanto ao rumo de sua economia. O Convênio de Taubaté, como se depreende, não conseguiu debelar a crise cafeeira na região. Em nível regional, constituiu um remédio inútil para a combalida economia cafeeira.

Cenário de decadência: “As Cidades Mortas”

“Estamos em cheio na zona morta, que o café desbravou, povoou, enriqueceu e abandonou antes que criasse raízes o progresso”

Sergio Milliet

No início do século a parte mais atingida pela crise cafeeira, as cidades da área das garupas, encontravam-se *“empobrecidas pela decadência do café e marginalizadas pelo deslocamento do eixo de circulação pelo traçado da E. F. Central do Brasil, passando por Cruzeiro, “bruxoleavam” nas primeiras décadas do século. São as “cidades mortas” de Monteiro Lobato.*” (Müller, 1969,107)

O cenário de decadência tinha como base a diminuição da produção de café. Como se pode observar na tabela VI, entre os anos de 1886 a 1920 houve uma queda da produção da ordem de 75,66%. O auge verificado no final do século XIX, atingindo o patamar de quase trezentas mil arrobas, caiu vertiginosamente para menos de setenta mil arrobas em 1920. Esta situação foi decorrente do quadro adverso

vivido pela cafeicultura no período, aprofundado pelos efeitos negativos da grande geada ocorrida no ano de 1918 que dizimou cerca de 40% dos cafezais. Fatores que resultaram na diminuição da participação da área no conjunto da produção regional em 34,23%.

Tabela VI: Municípios da Região das Garupas: evolução da produção de café

Municípios	1886	1920
Areias	100 000	21 920
São José do Barreiro	120 000	26 273
Silveiras	66 667	21 607
Total	286 667	69 800
Total do Vale do Paraíba	2 074 267	767 069
% em relação ao Vale do Paraíba	13,82	9,09

Fonte: Sergio Milliet, Roteiro do Café e Outros Ensaios. (p. 40/41)

A redução da produção, como confirmam os dados da tabela VI, foi acompanhada da estagnação e diminuição da população. Os habitantes da área estudada, em 1920, correspondiam a 71,89% do contingente existente em 1900. Um decréscimo da ordem de 28,11%. Se comparado com o restante da região do Vale do Paraíba estes números tornam-se mais expressivos. A participação no conjunto populacional da região a sua participação passou de 12,23 para 7,48, ou seja, diminuiu em 38,84%.

Tabela VII: Região das Garupas – Vale Histórico: evolução da população

Municípios	1872	1890	1900	1920
Bananal	15 606	15 435	15 473	11 507
São José do Barreiro	5 699	6 141	5 844	4 879
Areias	5 717	7 105	8 858	6 100
Silveiras	11 973	9 137	11 391	7 398
Total	38 995	37 818	41 566	29 884
Total do Vale do Paraíba	196 305	281 059	339 674	399 046
% em relação à região	19,86	13,45	12,23	7,48

Fonte: Sergio Milliet, Roteiro do Café e Outros Ensaios. (p. 40/41)

As cidades entraram em processo de estagnação, paradas no tempo. Itaoca, cidade morta descrita por Monteiro Lobato era “*uma grande família, com presunção de cidade.*” O motivo, explica Lobato, é dado pela sua localização: “*distava duas léguas da via férrea e quarenta da capital*” (Monteiro Lobato, 1951,6-7)

A imagem traçada pelos dois grandes literatos que conviveram com esta realidade nos primeiros anos do século XX, Monteiro Lobato e Euclides da Cunha, confirmam a situação de declínio vivido por seus habitantes.

A terra foi apresentada por ambos como empobrecida, decadente, melancólica, abandonada pelos seus filhos mais ilustres e empreendedores. O homem foi identificado como preguiçoso, hospitaleiro, místico, mesmeiro, ingênuo, triste, ligado ao caráter rural, fatalista e conservador.

Euclides da Cunha, em *Contrastes e Confrontos*, assim descreve a terra e a gente de então:

“ As estradas são ermas. De longe um caminhante. Mas também um decaído. Não é daqueles caboclos rijos e mateiros que abriram neste Vale as picadas atrevidas das bandeiras. O caipira desfigurado, sem o desempenho dos titãs bronzeados que lhe formam a linguagem obscura e heróica, saúda-nos com uma humildade revoltante, esboçando o momo de um sorriso deplorável, deixa-nos mais apreensivo como se víssemos uma ruína maior por cima daquela enorme ruinação da terra.”

(In Sodero Toledo, 2001, 109)

Monteiro Lobato, que tão bem as conheceu e por ali viveu, com sagacidade escreveu em *Cidades Mortas*:

“ Ali tudo foi, nada é.

...Erguem-se nelas soberbos casarões apalaçados, de um ou dois andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiúna; casarões que lembram ossaturas de megatérios, d’onde as carnes, o sangue, a vida para sempre desertaram... São os palácios mortos da cidade morta.

Atraídos pelas terras novas, de feracidade sedutora, abandonaram-na seus filhos; só permaneceram os de vontade anemiada, débeis, faquirianos. Mesmeiros, que todos os dias fazem as mesmas coisas, dormem o mesmo sono, sonham os mesmos sonhos, comem as mesmas comidas, comentam os mesmos assuntos, esperam o mesmo correio, gabam passada prosperidade, lamuriam do presente e pitam-pitam longos cigarrões de palha, matadores do tempo.” (Monteiro Lobato, 1951,10-11)

“ Um pouco de alento chegará até esses centros com a abertura ao tráfego, em 1924, da primeira estrada de rodagem Rio-São Paulo

que por eles passavam". (Müller, 1969,107) No entanto, sofrerá novos reveses como palco dos combates na Revolução Constitucionalista em 1932 e com a abertura da Rodovia Presidente Dutra, em 1951.

Cenário de transição: a caminho da modernização.

Com a lavoura cafeeira em plena expansão pela região, durante o século XIX, houve a necessidade de melhorar os meios de transporte. A solução veio com a construção de uma ferrovia ligando a região às cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, a antiga D. Pedro II, inaugurada em 7 de julho de 1877. Este acontecimento mudou a fisionomia da sociedade valeparaibana. A ferrovia serviu de alavanca para o desenvolvimento das cidades por onde passava. Foi usada como meio de transporte e comunicação com as três mais importantes capitais do país, cujo governadores dela se utilizaram para estar, com facilidade na época, na cidade de Taubaté em 1906, para a assinatura do convênio que assinalava a adoção da política de defesa e valorização do café. Incentivou o aparecimento de novas atividades econômicas, expandiu o comércio, gerou novas ocupações urbanas, tornando-se novo referencial para o desenvolvimento das cidades e de sua malha urbana.

Aos poucos, as cidades cortadas pela estrada de ferro, *"iam-se modernizando...perdendo seus característicos de cidades coloniais e adquirindo aspectos de cidades evoluídas, do século XX"* (Müller, 1969,67-109). Elas foram sofrendo modificações. Iniciaram a "era do automóvel". *"Os primeiros automóveis começaram a surgir na segunda década do século: em 1910, Lorena conta com seu primeiro automóvel de aluguel, um Ford modesto, que causou sucesso... Em 1924, Guaratinguetá contava com agência Ford, em 1926, com outra, da Chevrolet. Começaram a surgir os cinemas, já na primeira década do século....na segunda década, surgirão os clubs esportivos, hipódromos e clubes de foot-bool."* (Müller,1969,111-113). Foram sendo realizados melhoramentos urbanos, tomando-se mais cuidado com a higiene pública, com a limpeza e organização destes centros urbanos.

O cenário regional passou a ser caracterizado pelas "cidades mortas" e pelas cidades que prosseguiram seu ritmo de desenvolvimento, apesar da crise cafeeira. Como demonstra a tabela VIII apenas Bananal figura na lista dos mais populosos, no ano de 1890, ocupando o terceiro lugar. Após o século XX, as cidades cortadas pela ferrovia vão se afirmando como as mais populosas da região. Mantiveram nas primeiras décadas a produção de café associada ao

crescimento das atividades comerciais e industriais. As cidades de Guaratinguetá, Taubaté e Pindamonhangaba, que se revezam nas primeiras colocações, acompanhadas de cidades sedes de municípios de grande extensão territorial, como Cunha, Paraibuna e São Luiz do Paraitinga que diversificam suas produções para atender a demanda do mercado regional em crescimento.

Tabela VIII: Relação dos Municípios mais populosos (1890 – 1920)

Colocação	1890	1900	1920
1ª	Guaratinguetá: 30 690	Guaratinguetá: 38 263	Taubaté : 45 445
2ª	Taubaté: 20 773	Taubaté : 36 723	Guaratinguetá: 43 101
3ª	Bananal: 15 435	S.J. dos Campos: 18 884	Pindamonhangaba: 21 871
4ª	S. J. dos Campos: 15 154	Pindamonhangaba: 17 542	Cunha: 20 171
5ª	Pindamonhangaba: 14 636	Paraibuna 16 700	S. Luiz do Paraitinga: 19 917
Sub-total			
Total região	281 959	339 674	399 046

Fonte: www.valedoparaiba.com/bancodedados

O ritmo de desenvolvimento das cidades servidas pela ferrovia apresentam indícios de terem sido atingidas pela crise cafeeira do início do século XX. É significativo “*o fechamento de bancos, a redução de impostos*”, enfim com os problemas derivados da crise do setor cafeeiro. (Müller, 1969,113)

Passados os problemas provocados pela geada, em 1918, os reveses da crise econômica de 1929 e da crise política vivido com a Revolução Constitucionalista de 1932, houve ainda uma ligeira tendência de aumento de produção de café na década de 30. A produção regional, embora sendo menor em relação à produção do conjunto do Estado de São Paulo, aumentou de 767 069 arrobas, em 1920, para 898 332 arrobas em 1935. (tabela III) Nem todos os municípios seguiram esta tendência. Apenas os apontados na tabela IX. A produção verificada em 1935, para o conjunto dos municípios que apresentaram este crescimento, foi um pouco mais que o dobro. Passam de 263 127 para uma produção de 566 690 arrobas em 1935. Destacando-se, nesta retomada na produção, os municípios de Taubaté, com 187 636, e, São José dos Campos com a produção de 134. 254 arrobas de café.

Inaugura-se uma nova fase da cafeicultura regional, com base nos princípios comerciais, financeiros e administrativos presentes no oeste de São Paulo, com emprego da mão-de-obra livre e com maiores cuidados no trato do solo. Aumentou assim a produção e os ganhos.

Parte dos lucros poderia, como acontecia em outras áreas mais novas, ser aplicada em negócios e atividades fora do setor cafeeiro. Forneciam as bases que justificavam o rápido crescimento e a liderança que Taubaté e São José dos Campos começaram a assumir no âmbito regional.

Tabela IX: Aumento de produção de café na década de 30

Municípios	1920	1935
1 - Silveiras	21 607	32 760
2 - Cachoeira Paulista	11 927	14 500
3 - Taubaté	78 980	187 636
4 - Caçapava	65 813	89 275
5 - São José dos Campos	51 173	134 254
6 - Paraibuna	8 807	61 420
7 - Natividade da Serra	2 940	7 305
8 - Jacareí	16 727	33 310
9 - Santa Branca	5 153	6 230
Sub-total da produção	263 127	566 690

Fonte: Sergio Milliet, Roteiro do Café e Outros Ensaios. (p. 40/41)

Diante das dificuldades enfrentadas no setor cafeeiro passou a haver a procura por novas oportunidades e possibilidades econômicas. Nas áreas rurais houve a substituição dos cafezais pelas pastagens. Fenômeno generalizado que transformaria a região em uma grande bacia leiteira abastecedora da cidade de São Paulo. Alguns municípios serranos como Cunha, São Luiz, Redenção da Serra e Paraibuna ampliaram a produção de produtos agrícolas, vivendo da policultura, abastecendo os núcleos urbanos mais próximos, de maior porte. Paralelamente, *“os núcleos urbanos, centros de áreas rurais empobrecidas, descobriram como ocorreu em todo país, que havia uma nova possibilidade, a industrialização.”* (Müller, 1969, 80)

As primeiras indústrias surgiram na região nas últimas décadas do século XIX. Nice Lecoq Müller considera terem ocorrido três fases distintas neste processo. A primeira vai de 1891 a 1914, com lenta progressão e com predominância da indústria de alimentos e têxteis; a segunda de 1914 a 1943, com maior progressão com maior diversificação com a abertura de estabelecimentos de transformação de minerais não metálicos, de beneficiamento de produtos agropecuários e indústria de madeira; uma terceira fase quando apareceu a indústria moderna, metalúrgica e mecânica, criando, ao lado da obtenção de bens de consumo, a bens de produção.

(Müller,1969, 82-83). Pode-se acrescentar a esta divisão o período mais recente, com o desenvolvimento das indústrias de ponta, de projeção nacional.

O processo industrial em Taubaté retrata esta mudança e a busca de novas atividades econômicas. A industrialização passou a ser um dos sustentáculos de sua economia a partir do início do século XX. Em 1891 se instalou a Companhia Taubaté Industrial (CTI), seguida pelas Indústrias Reunidas Vera Cruz, em 1923, a Companhia Fabril de Juta, em 1929, e a Companhia Predial de Taubaté, em 1932. Este surto industrial foi favorecido pela presença de capitais locais e advindos de outras regiões cafeeiras; pela mão-de-obra farta e barata acumulada com a abolição e decadência das fazendas de café; pelo aproveitamento de imigrantes, principalmente os italianos, alguns dos quais possuíam formação profissional qualificada; pelas facilidades de comunicação com São Paulo e Rio de Janeiro, pelas vias construídas para o café; e, pela vantajosa posição geográfica da cidade no conjunto da região.

Balanco final

As breves reflexões sobre o Convênio do Café, neste tempo em que é celebrado o seu centenário, permitem extrair algumas conclusões.

O acordo firmado pelos membros da oligarquia agrária cafeeira tratou de defender o produto de maior importância para a economia do país, estabelecendo uma política de valorização, evitada de erros e contradições. Na prática, estimulou o aumento da produção, a não diversificação da produção agrícola, não provocou a erradicação de cafeeiros anti-econômicos, menosprezou a concorrência, obrigou o governo republicano a emissões inflacionárias e contrair vultosos empréstimos. Como afirmou Amaral Lapa; “ *a estratégia da valorização (defesa através da valorização)*”...foi inoperante” (Amaral Lapa, 1986,105)

O mesmo pode-se atribuir quanto à sua repercussão em nível da região do Vale do Paraíba Paulista. Taubaté serviu como palco do acontecimento. A região como cenário, preenchendo mais uma vez a função histórica de “região de passagem”, dinamizada pelas diretrizes estabelecidas além de seu território. As medidas tomadas não foram suficientemente capazes de trazer novo alento ao cenário de decadência da área das garupas. Serviu para reforçar o conservadorismo ali existente. Nos municípios localizados ao longo da bacia banhada pelo Rio Paraíba do Sul a decadência da cafeicultura contribuiu para promover a busca de novas atividades econômicas. A

garantia de preços do café continuou gerando capitais que serviram para reforçar o processo de modernização. Processo este que teve início na etapa anterior à assinatura do convênio, ao final do século XIX, com o advento da ferrovia, a abolição da escravatura, a entrada de imigrantes e a instalação das primeiras indústrias.

Faltou investigar qual foi e como se deu a participação dos cafeicultores da região neste contexto. Quais os interesses em jogo e como foram manifestados desde o início da crise da superprodução e no decorrer das primeiras décadas do século XX. Questões que não foram levantadas neste breve estudo, mas que mereceriam melhor atenção, tomando-se como base várias fontes históricas, especialmente os jornais da época. Fica a sugestão para a realização de novos e interessantes estudos que possibilitem mover-se em direção a grupos particulares, em locais e períodos específicos, contribuindo, como é a intenção deste artigo, para a compreensão mais larga e aprofundada deste importante fato da História do Brasil e regional: o Convênio de Taubaté.

Referências

AMARAL LAPA, José Roberto do. A Economia Cafeeira. Col. Tudo é História, vol 72. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BARRETO, Lima. Os bruzundangas. São Paulo: Ática, 1985.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Presidencialismo. 2 vol. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973

MILLIET, Sérgio. Roteiro do Café e outros ensaios. 4^a ed., São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. Cidades Mortas. São Paulo: Brasiliense, 1951.

MOTTA SOBRINHO, Alves. A Civilização do Café (1820-1920). São Paulo: Brasiliense, 1967.

MÜLLER, Nice Lecocq. O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba do Sul – São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1969.

RICCI, Fábio. Origem e Desenvolvimento da Indústria Textil no Vale do Paraíba Paulista. In www.abphe.org.br/congresso2003/textos/abphe_2003_60e.pdf. Obtido em 17/02/06.

SAINT HILAIRE, A. Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo. São Paulo: 1954.

SODERO TOLEDO, Francisco. Outros Caminhos. Vale do Paraíba: do regional ao internacional, do global ao local. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

SODERO TOLEDO, Francisco. O Ciclo do Café no Vale do Paraíba e o Processo da Independência. Revista da Faculdade Salesiana de Lorena, ano 15, no. 22, 1974, p.75-97.